In Memoriam

Luiz Henrique Lopes dos Santos (1949 – 2025)

Luiz Henrique Lopes dos Santos faleceu na manhã do último domingo de julho, em decorrência de complicações de um câncer de fígado, descoberto no início do ano, de fulminante efeito, o que o levou a um longo período em UTI devido a complicações respiratórias. Estava acompanhado de sua família em seus últimos momentos; nos dias precedentes, deu sinais de que estava consciente, ainda que sedado. Todos que acompanhamos seu tratamento estávamos avisados de como a doença tinha dramaticamente avançado e sabíamos da inevitabilidade do desfecho, mas não podíamos acreditar no que estava ocorrendo. Luiz Henrique faz parte deste grupo de pessoas que fazem o tempo, não das que sofrem o tempo; Luiz Henrique é o próprio espaço em que está, não entra nem sai de um lugar. Tudo parecia uma miragem, mas a dura realidade é que, na manhã daquele triste domingo, perdemos um filósofo primoroso, um pensador refinado, um amigo de todas as horas, uma pessoa que fez do humano a marca constante de sua presença entre nós.

Luiz Henrique iniciou seus estudos de graduação em filosofia no Departamento de Filosofia da USP em anos sombrios, de 1969 a 1971. O Departamento tinha sido duramente atingido pelos expurgos promovidos pelos militares. Em uma época de tanto desestímulo e perseguição, seu interesse pela filosofia não esmoreceu, ao contrário: foi diretamente à casa de Giannotti, bateu na porta, apresentou-se e passou a fazer parte de um grupo de estudos sob sua direção. Começou ali a amizade de uma vida inteira, que só findou com a morte de Giannotti, em 2021. Uma amizade como a que Aristóteles denominava de amizade *kat' aretên*, amizade primeira, muito além de uma amizade pelo prazer ou baseada em mútuo préstimo. Aristóteles dizia que o amigo é um outro Eu. Giannotti e Luiz Henrique como que constituíram uma única pessoa. Giannotti era um visionário, pensador de grandes lances, filósofo que abria clareiras como que a machadadas, lidando com os conceitos em suas versões mais abstratas; Luiz Henrique o traduzia para o comum dos mortais, mostrava como tudo se encaixava em uma visão eloquente da realidade, descrevendo em detalhes toda a imensa flora que passava a vicejar naquelas clareiras – as eventuais asperezas do conceito se diluíam no Cutty Sark que acompanhava todas as discussões. Ligou-se também ao CEBRAP, que foi um refúgio vital para a intelectualidade paulista, e foi ao encalço de seu doutorado com a sagacidade que lhe era peculiar, tendo-o obtido em 1981 com um estudo sobre a lógica em Frege. Já em 1972 era professor na USP, de onde se ausentou de 1975 a 1982 para lecionar na Unicamp, acompanhando Porchat na criação de um centro dedicado ao estudo de lógica e epistemologia, voltando então à USP para se aposentar em 2011. Aposentado, passou a atuar no Programa de Pós-Graduação em Lógica e Metafísica da UFRJ, onde encontrou um ambiente naturalmente propício aos debates filosóficos que tanto apreciava, assim como o cotidiano de um mar que lhe oferecia um horizonte para sempre aberto.

No início dos anos 90, uma série de encontros anuais foi organizada na Universidade Federal do Rio Grande do Sul, os *Colóquios de Lógica e Ontologia.* Falava-se do que importa em filosofia: do ser, do belo, da verdade, do bem; de fato, os encontros consistiam em reunir, durante uma semana de intensas discussões, formidáveis debatedores: Balthazar Barbosa Filho, da UFRGS; Raul Landim e Guido de Almeida, da UFRJ, e Luiz Henrique, da USP, em torno dos quais se apinhavam jovens professores e filósofos aprendizes, esperançosos todos de ver em ato e apreender no vôo a medida do filósofo. Foram encontros memoráveis, onde o natural filosófico se expunha à luz do dia. Certa vez, Balthazar, acuado em uma discussão sobre a natureza da proposição e da verdade, apelou ao apoio de Luiz Henrique, o qual, com seu sorriso costumeiramente zombeteiro, sentenciou: "sobre estes assuntos, cada um fala por si próprio". Houvesse um Diógenes Laércio ali e a frase teria sido memoravelmente lapidada em uma *Vitae Clarorum Brasiliae Philosophorum*. Também estaria ali talhada com buril a sentença que lhe servia de mote para iniciar a reconstrução impecável de um tema que acabara de ser exposto por outra pessoa: "está tudo errado", em que o *r* ressoava mais vibrante do que sibilante, produzindo no seu oponente temor e tremor filosófico de uma refutação imparável. Em 2005, a USP foi palco de uma gigantomaquia filosófica que fez época: na banca, Carlos Alberto Ribeiro de Moura e seu conhecimento exuberante do pensamento de Leibniz em seu desenvolvimento histórico, obra por obra, carta por carta; no outro lado, o candidato à livre-docência Luiz Henrique destilava um Leibniz filosófico como que atemporalmente assaltado pelas questões centrais de lógica, metafísica, ontologia – em suma, a essência mesma do pensamento filosófico. A batalha foi noite adentro e a USP nunca mais foi a mesma: a filosofia tinha feito ali sua morada.

Seus interlocutores prediletos foram Platão, Aristóteles, Leibniz, Frege e Wittgenstein, com os quais estabeleceu uma conversa exigente e sem rodeios, sempre à busca do que é último, sempre na volta ao que está na origem, o que jaz no princípio, o que é fundamento de tudo o mais. Luiz Henrique concebia a filosofia como uma conversa erudita que estabelecemos com o passado que nos formou. Em seu celebrado ensaio, *A Essência da Proposição e a Essência do Mundo*, um longo estudo de mais de cem páginas que serve de introdução – altamente esclarecedora, diga-se de passagem – à sua cuidadosa tradução do *Tractatus Logico-Philosophicus* de Wittgenstein, ele intenta mostrar que a importância filosófica do livro, que se apresenta como uma sequência numérica atemporal do que pode e deve ser pensado, deve ser aquilatada em um contexto histórico, no qual se cruzam duas longas tradições filosóficas, que ele chamou de *tradição lógica* e de *tradição crítica*, a primeira visando a estudar a estrutura mesma do pensamento e de sua expressão na linguagem, enquanto a segunda busca delimitar o campo de nosso conhecimento possível. O que Wittgenstein apresentara como fora do tempo voltava, nas mãos de Luiz Henrique, a ser inserido em seu tempo.

Ele era, com efeito, adepto tenaz do *Schritt zurück*: de Wittgenstein a Frege, de Frege a Leibniz, de Leibniz a Aristóteles e Platão, no horizonte dos quais se perfilam Parmênides e Heráclito. Luiz Henrique discutia com familiaridade e acuidade tópicos de ética e estética, mas dois temas lhe atraíam sobremaneira: ser e verdade, proposição e mundo. Havia nele a obsessão de encontrar em um o reflexo do outro, o que ele chamava de *harmonia essencial*. No entanto, não se sentia atraído pelas perspectivas apriorísticas: a constituição do mundo pela atividade do entendimento não lhe parecia o caminho mais acertado e, em consequência, não via em Kant uma das referências centrais do pensamento filosófico. Em conversas privadas, por várias vezes expressou desconfiança em relação ao projeto chomskyano de uma língua universal, nascida toda inteira, oriunda de um sucesso genético único, casual por certo, mas fabulosamente epocal. Tampouco se lançava a reconstruções conjecturais da formação empírica de nossos conceitos, julgando todos estes projetos irremediavelmente

paroquiais, inclusive os mais bem-sucedidos, como o de Quine. O que sobremodo lhe interessava era investigar as afinidades eletivas entre ser e verdade, as ressonâncias discretas, não raras vezes absconsas, mas sempre profundas e estruturantes entre mundo e proposição. Era aqui que ele se achava em casa. Um bom exemplo é a discussão que o leitor encontrará no *Journal of Ancient Philosophy* XV de 2021, em um dossiê em que Luiz Henrique faz uma longa exposição do problema de a ocorrência futura de uma batalha naval estar ou não determinada. A questão foi proposta e examinada por Aristóteles no capítulo nono do *De interpretatione.* O problema pode ser apresentado sucintamente assim: alguém prediz, hoje, a ocorrência de uma batalha naval para amanhã; se sua predição for verdadeira, a batalha inevitavelmente ocorrerá; se for falsa, então ela inevitavelmente não ocorrerá. A predição é uma proposição; ora, toda proposição é ou verdadeira ou falsa, dada a condição universal de bivalência, de modo que a batalha ou inevitavelmente ocorrerá amanhã ou inevitavelmente não ocorrerá amanhã. Portanto, pelas meras condições de verdade de uma proposição pode-se mostrar que o futuro está determinado, e mesmo que tudo está determinado, pois tampouco o que ocorreu e o que está ocorrendo podem ser de outro modo. O problema é clássico e fez correr muita, muita tinta. Note-se que é uma tentativa de inferir o determinismo no mundo a partir de condições de atribuição de verdade às proposições (há outros tipos de determinismo, como o causal, que não estão em pauta aqui). O próprio fato de haver uma controvérsia persistente sobre qual é o argumento e se é válido ou não já fazia com que Luiz Henrique farejasse algo de anormalmente importante aqui. Ele argumenta, então, que a solução mais natural a este problema consiste em suspender a validade do princípio de bivalência para proposições sobre futuros contingentes, o que seria obtido mediante um argumento *modus tollens*: a adoção irrestrita do princípio de bivalência levaria a uma conclusão absurda (segundo a qual tudo estaria determinado), o que obriga a suspender sua validade para certas proposições sobre o futuro. Para que o *modus tollens* funcione, porém, é preciso aceitar a contingência no mundo humano como um fato evidente, o que, segundo Luiz Henrique, é reiteradamente expresso por Aristóteles em seus textos e comparece com todas as letras no *De interpretatione*. Talvez, contudo, o argumento lógico em prol do necessitarismo natural opere com a suspensão de todo juízo sobre a contingência, seja ele positivo ou negativo, de modo que sua refutação não poderia depender de uma afirmação da contingência, sob pena de *petitio principii*. E lá vamos nós, *once more unto the breach.* Ademais, a solução proposta parece muito superior à solução alternativa de manter o valor de verdade das proposições sobre o futuro, mas declarar que seu valor ainda não está determinado. Resta saber se esta solução alternativa remonta a peripatéticos zelosos da defesa da contingência, mas não ao próprio Aristóteles, que traria sob seu manto ainda uma resposta diferente, a ser reconstruída e avaliada pelos intérpretes. Enfim, uma vez na brecha, para sempre na brecha. Não cabe discutir aqui o conteúdo da resposta de Luiz Henrique, mas o modo como ele enfrentou uma questão tão clássica quanto renitente. Luiz Henrique buscou mostrar por que a suspensão parcial do princípio de bivalência causa tanto espanto, o que explicaria a razão de a solução de Aristóteles ter ficado sempre controversa: não seria a presença de uma versão concorrente, mas o fato de a negação da validade irrestrita do princípio de bivalência parecer ainda hoje romper com os cânones da ortodoxia lógica. O que ele faz então é desfazer tal temor construindo um conjunto de teses lógico-semânticas para mostrar que a posição que ele atribui a Aristóteles não só não rompe com o que é essencial para a lógica contemporânea, como tampouco ofende outros princípios do aristotelismo (como o da validade irrestrita do princípio do terceiro excluído). Em um volume posterior do *Journal of Ancient Philosophy*, que saiu dois anos depois, em 2023, Luiz Henrique desenvolveu o que seria o núcleo formal de uma tal perspectiva. E nisto ele é profundamente aristotélico. Não basta mostrar que uma interpretação está errada, é

preciso ainda explicar onde estão as raízes do erro. Deve-se defender com unhas e dentes a própria posição até suas últimas consequências, como faz Luiz Henrique nesta e em todas as suas outras intervenções. Porém, o esforço filosófico não consiste somente em afirmar o verdadeiro, mas também em mostrar como o erro se insinua e se torna tão familiar a nós que se tinge de verdade. Há real generosidade por trás do que parece ser mera arrogância argumentativa: todos estamos genuinamente à busca da verdade, e, se o erro se imiscuiu em algum lugar, foi porque se vestiu indevidamente do manto purpúreo da verdade e assim nos seduziu ao engano.

Em 2008, Luiz Henrique publicou uma análise fina e instrutiva sobre Frege (*O Olho e o Microscópio: a gênese e os fundamentos da lógica segundo Frege*). Quinze anos antes, como observei acima, tinha publicado a tradução do *Tractatus Logico-Philosophicus* de Wittgenstein, precedida daquele seu longo e esclarecedor ensaio sobre a essência da proposição e a essência do mundo. O tema de uma harmonia essencial voltaria ainda anos depois, acompanhado de uma releitura do Princípio de Plenitude em Platão e Aristóteles. Para Aristóteles, o princípio não vale irrestritamente no vale da finitude: um manto sempre pode ser cortado, sem que nunca o seja, até que se desfie como mais uma peça finita entre tantas, e aí não é mais possível cortá-lo, pois não há mais o que cortar. O conflito entre necessidade e contingência constituía, assim, o pano de fundo sobre o qual girava sua reflexão, o que fica mais do que evidente em seus estudos sobre a batalha naval. Nos últimos anos, Luiz Henrique preparava uma tradução ricamente comentada do livro VII da *Metafísica* de Aristóteles, livro metafísico por excelência entre todos, pois é lá que se encontram as respostas, mas também as dificuldades e os impasses da doutrina da substância, a doutrina que, aos olhos de Aristóteles, vinha substituir a questão do ser para enfim trazer paz às infindáveis disputas entre os materialistas e os partidários das Ideias a respeito do que há no mundo.

Há um outro elemento que importa ressaltar, no qual novamente emerge o natural filosófico de Luiz Henrique. Não foi um escritor copioso, tampouco remisso: escrevia à medida do pensar. E o pensar, já dizia Platão, é um diálogo consigo mesmo e com os outros. A filosofia é por certo um modo de vida, um *dzên*, mas ela o é como efeito de uma característica sua, o *sudzên*, o viver-com, pois a filosofia requer convívio, de fato ela exige um longo e permanente convívio com o passado e com o presente, com os outros e consigo próprio. Luiz Henrique era naturalmente afeito ao convívio filosófico, ao discurso interno e ao diálogo externo que mantemos o tempo todo com os outros, o que exige passar o tempo e conviver de modo que a verdade se faça e se refaça às batidas do tempo de uma conversa sempre reiterada. Aprendia-se com Luiz Henrique por estar em sua companhia, muito mais do que por suas aulas; conviver com Luiz Henrique nos transportava às escolas antigas, as *haireseis* da Antiguidade, em que importava menos a ortodoxia das teses do que a habilidade de pensar em conjunto, de fazer ver o que permanece obscuro mesmo aos mais sagazes. Nisto também emergia o natural filosófico de Luiz Henrique, como adjudicou Platão no sexto livro da *República*: ser amante da verdade em sua integralidade, o que se obtém unicamente em um longo convívio consigo próprio e com os outros, o *sudzên* das escolas filosóficas. Em sua temporalidade exigente de reflexão consigo e com os outros, a filosofia cria um modo de vida, ela nos torna frugais, não por voto de penúria, mas como consequência do fato de o filósofo preencher o tempo *en têi scholêi*, como dizia Aristóteles, *no controle de sua vida* e, igualmente, *na escola*, lá onde estão os outros filósofos. O apartamento de Luiz Henrique tinha a marca da frugalidade envolta em obras de arte, restrito ao que é essencial, sem se perder nas futilidades do conforto excessivo, sem deixar, contudo, de amar o belo. A frase de Péricles bem que poderia figurar à entrada de sua habitação: *philokaloumen te met' euteleias kai philosophoumen aneu malakias*.

Luiz Henrique era filósofo, e filósofos são assim: o concreto se desvela no que é mais abstrato, mas não se mostra senão no constante retorno ao que está no passado como a origem presente de tudo, em um diálogo permanente consigo próprio e com os outros. Por três décadas, ele exercitou sua arte de avaliar projetos na Fapesp, para a qual forneceu os parâmetros para análise da atuação ética do pesquisador e do cientista. No meio de tudo isso, aulas brilhantes, exposições iluminadoras, orientações preciosas. Quem o viu em atividade não pode senão guardar dele uma memória inextinguível. No Brasil e no exterior, aliás: sua atuação como professor visitante da *École Normale Supérieure* de Paris, nos anos de 1998 e 1999, deixou lá marcas indeléveis. Sua presença alçava toda reunião, toda discussão, todo debate a um outro patamar – o mundo das ideias, lá onde habita o filósofo. Pois Luiz Henrique era filósofo. E a perda de um filósofo cria um vazio, produz uma lacuna cuja dimensão mal podemos figurar. Tanto mais quando se trata de uma pessoa de grande humanidade e ética irretorquível como ele foi. É difícil dizer adeus, é muito difícil dizer adeus a Luiz Henrique, mais ainda quando se pôde partilhar de sua amizade. O adeus, porém, se impôs a nós neste triste domingo de julho. Resta-nos a memória, pois só há noite lá fora.

Marco Zingano